

Congresso na berlinda

JORNAL DE BRASÍLIA

Haroldo Hollanda

04 JUL 1990

O Congresso sai desgastado politicamente do episódio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que acabou sendo aprovado por decurso de prazo. Apelos dramáticos na sessão de anteontem à noite foram dirigidos pelo deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB, ao PT e ao PDT para que ambos os partidos concordassem em aprovar, pelo voto simbólico de todas as lideranças, a Lei de Diretrizes Partidárias (LDO). O deputado Paulo Paim, do PT, não se deixou de sensibilizar: quis saber de Ibsen onde estavam os senadores do PMDB que, na tarde de anteontem, não deram quórum à sessão do Senado em que deveria ser votada a lei salarial, acordada pelos partidos, em sucessivos entendimentos na Câmara. Perdendo a paciência, o deputado Ibsen Pinheiro indagou de Paim, onde estava a principal liderança do PT, o deputado Luís Inácio Lula da Silva, que não se encontrava presente à sessão de anteontem do Congresso. Recordou Ibsen que o deputado Paulo Paim e os parlamentares do PT só tinham tomado conhecimento pelos jornais, do projeto de lei salarial oriundo da Câmara, uma vez que numa atitude de intransigência não participaram de sua elaboração nem das negociações que o precederam.

Aliás, num levantamento feito por sua assessoria técnica, o deputado Ibsen Pinheiro constatou que, não fosse a ausência de parlamentares do PT e do PDT, a lei da política salarial poderia ter sido aprovada na última quinta-feira, quando faltaram apenas 13 votos para

que fosse alcançado o quórum exigido pelo regime interno da Câmara. Só do PDT do Rio faltaram a essa sessão da Câmara, oito deputados, sem falar nos do PT. E o candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul, deputado Tarso Genro, foi um dos ausentes. O deputado Ibsen Pinheiro explica que, por uma questão de ética, não gosta deste tipo de retaliação política. Mas como o PT foi o primeiro a iniciá-la, está recebendo agora seu troco.

Partidos de oposição, como o PSDB, o PDT e o PT pretenderam recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão interna tomado pelo senador Nelson Carneiro, presidente do Senado, que resolveu devolver à Presidência da República, para efeito de sanção, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, por entender que o Congresso sobre ela não se pronunciou no prazo estabelecido. O deputado Ibsen Pinheiro acha que é polêmica e suscetível de discussão a atitude do presidente do Senado, ao devolver a LDO ao Planalto. O líder do PMDB não está disposto, em princípio, a subscrever o pedido de mandado de segurança das oposições contra o ato do senador Nelson Carneiro, pois teme que como a matéria é polêmica, seus autores corram o risco de derrota no Supremo.

O senador gaúcho José Fogaça, do PMDB, que não possui nenhum comprometimento político com o Governo, vai além: ele acha que o presidente do Senado não está privado de razões jurídicas. Lembra que nas constituições de vários paí-

ses democráticos, a proposta de orçamento, quando não é votada pelo Parlamento, entra imediatamente em vigência. Tratou-se, segundo Fogaça, de recurso utilizado pelo legislador para resguardar o funcionamento e as atividades normais do Executivo. No caso a lamentar, de acordo com o senador do Rio Grande do Sul, a omissão por parte do Congresso, que não podia deixar de examinar matéria de tamanha relevância. O deputado Ibsen Pinheiro, faz uma pequena correção: diz que não se pode imputar a todo o Congresso pela omissão, mas apenas a alguns dos seus setores, que não se dispuseram a vir a Brasília para dar número às votações.

Richa e o PT

O senador paranaense José Richa, do PSDB, lamentou profundamente que a intransigência do PT e do PDT não tivesse permitido a aprovação das correções feitas pelo Congresso na lei de Diretrizes Orçamentárias, enxugada de alguns dos excessos contidos no projeto original. Segundo Richa, o PT é muito bom como partido, desde que todos concordem com suas idéias.

Jarbas em crescimento

Partidários da candidatura de Jarbas Vasconcellos ao governo de Pernambuco, revelam estar de posse de informações, em que ele se encontra, agora, em Recife com apenas 6 pontos de diferença em relação a Joaquim Francisco, líder das pesquisas. Atribuem à queda de Joaquim, a sua identificação com o Plano Collor, que entrou em fase de impopularidade.